

MONITORIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ESTUDO DE CASO DE UMA CRIANÇA AUTISTA PRÉ ESCOLAR

Nilza Leite de Souza¹
Vanessa da Costa Santa Rosa²
Miriam Matos Amaral³

RESUMO

O presente trabalho aborda a monitoria da Educação Especial na Educação Infantil a partir de um estudo de caso de uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na pré-escola de uma escola pública. A pesquisa buscou responder como é desenvolvido o trabalho pedagógico com uma criança com TEA na Educação Infantil e quais os impactos da monitoria em seu desenvolvimento escolar. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, caracterizada como estudo de caso e pesquisa documental, fundamentada nos referenciais da Educação Especial e da Educação Infantil Inclusiva. Os resultados evidenciam que o trabalho pedagógico é desenvolvido por meio de planejamento previamente adaptado, organização estruturada da rotina, mediação constante das atividades, incentivo às interações sociais e valorização do brincar como eixo estruturante da aprendizagem. A atuação colaborativa da professora regente, da professora de Educação Especial e da monitora possibilitaram a adequação das propostas às necessidades da criança, promovendo sua participação nas atividades individuais e coletivas. Quanto aos impactos da monitoria, observou-se avanço na comunicação, maior envolvimento nas atividades, fortalecimento da autonomia e ampliação das interações com os pais e adultos. Conclui-se que a monitoria, articulada ao trabalho pedagógico inclusivo das professoras, constituiu elementos fundamentais para a efetivação da inclusão e para o desenvolvimento social, afetivo e cognitivo da criança com TEA na escola pública.

Palavras-chave: Monitoria; Educação Especial; Inclusão; Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil enquanto primeira etapa da Educação Básica, configura-se como um processo escolar fundamental para o desenvolvimento integral da criança, sendo também espaço privilegiado para a consolidação de práticas inclusivas. No contexto da escola pública, a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) exige organização pedagógica intencional, com estratégias diferenciadas e suporte profissional adequado. Nesse sentido, a monitoria surge como importante estratégia de apoio ao processo de ensino e aprendizagem.

O estudo parte das seguintes problemáticas: como é desenvolvido o trabalho pedagógico na pré-escola com uma criança com TEA? Quais impactos a monitoria tem no

¹ Graduanda em Licenciatura em Letras-Espanhol da UFPA/Bolsista do Programa Bolsa Acadêmica de Inclusão na Educação Básica (PIBAsic). leitenilza12@gmail.com

² Graduanda em Bacharelado em Serviço Social da UFPA/Bolsista do Programa Bolsa Acadêmica de Inclusão na Educação Básica (PIBAsic). wanessa.santa18@gmail.com

³ Professora de Educação Especial da EAUFGPA e orientadora do trabalho de Monitoria da Coordenação de Educação Inclusiva da EAUFGPA. mmamaral@ufpa.br

desenvolvimento dessa criança em uma escola pública? O objetivo geral consiste em analisar o trabalho pedagógico na pré-escola de uma criança com TEA, destacando a atuação da monitoria e seus reflexos no processo de inclusão.

Nesse contexto, a Educação Especial na perspectiva inclusiva tem sido amplamente discutida nas políticas públicas educacionais brasileiras, especialmente após a implementação do Decreto nº 12.773/2025, que instituiu a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI). Conforme destaca Mendes, a inclusão escolar implica não apenas a matrícula da criança, público da Educação Especial na classe comum, mas a garantia de apoios e serviços que assegurem sua aprendizagem e participação efetiva no cotidiano escolar. Para a autora, a organização de recursos humanos e pedagógicos constitui condição essencial para a efetivação de práticas inclusivas.

Nessa direção, a atuação da monitoria insere-se como estratégia que favorece a mediação pedagógica e o acesso ao currículo, especialmente na Educação Infantil, etapa em que o desenvolvimento social, comunicativo e afetivo se encontram em intensa construção. Assim, discutir a monitoria na Educação Especial implica refletir sobre as condições concretas que viabilizam a inclusão na escola pública.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza descritiva, desenvolvida por meio de estudo de caso e pesquisa documental. A escolha por essa abordagem possibilita compreender, de forma aprofundada, a experiência vivenciada no acompanhamento de uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na pré-escola durante dois anos consecutivos com diferentes monitoras responsáveis pelo apoio pedagógico.

Os procedimentos metodológicos envolveram observação da prática pedagógica, registro das atividades desenvolvidas e pesquisa documental, incluindo o Plano Educacional Individualizado (PEI) os relatórios de monitoria, além de documentos institucionais que orientam a educação inclusiva na escola pública, lócus de pesquisa. A análise dos dados ocorreu de forma interpretativa, buscando relacionar a prática observada com os referenciais teóricos da Educação Inclusiva e da Educação Infantil.

Destaca-se ainda que, apesar da relevância do trabalho das monitoras, ainda há um processo de invisibilização deste trabalho no contexto escolar, sendo compreendido como apoio auxiliar e não como sujeito participante da ação pedagógica colaborativa. Tal percepção reduz a complexidade de sua atuação, que envolve mediação das interações, adaptação de estratégias, apoio à comunicação e organização da participação da criança nas atividades coletivas. Os dados analisados evidenciam que a monitoria não se restringe a um suporte individualizado da criança autista, mas atua na superação de barreiras pedagógicas, favorecendo a autonomia, a socialização e a aprendizagem. Assim, sua presença configura-se como elemento estruturante para a efetivação da inclusão na Educação Infantil, exigindo reconhecimento institucional e integração ao planejamento pedagógico, conforme orientam as diretrizes do Decreto nº 12.773/2025, que reafirma a necessidade de apoios adequados para garantir acesso, permanência e participação dos estudantes, público da Educação Especial.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E/OU DISCUSSÕES

No primeiro ano na escola, conforme registros, a criança apresentava comportamentos de intensa inquietação, dificuldade de permanência em sala, recusa frequente em participar das atividades propostas, resistência para entrar na sala referência, pouca interação social com os colegas, dificuldade em participar da roda de conversa e das atividades da Educação Infantil.

Observava-se também comportamento impulsivo e dificuldade na organização da rotina escolar

Já no segundo ano, segundo relatos da monitora responsável e registros documentais, foram identificados avanços significativos. A criança passou a entrar na sala com menor resistência, permaneceu por mais tempo nas atividades, apresentou maior participação na roda de conversa e nas atividades da Educação Infantil e demonstrou avanços na interação social com os colegas. Houve também melhora na organização comportamental, especialmente após o início do acompanhamento médico com uso de medicação, conforme relato familiar, fator que contribuiu para maior regulação emocional e atenção.

A inclusão na Educação Infantil deve ser compreendida como um direito assegurado às crianças, público da Educação Especial, não se limitando ao acesso físico à escola, mas garantindo condições efetivas de participação e aprendizagem. Nesse sentido, Amaral (2016) destaca que a Educação Infantil Inclusiva precisa articular cuidado, educação e interação, reconhecendo o brincar como eixo estruturante do desenvolvimento infantil. A autora enfatiza que a inclusão nessa etapa requer reorganização pedagógica, práticas intencionais e mediações que respeitem as singularidades da criança.

Victor (2011), ao discutir os sujeitos da Educação Especial, ressalta que a escola precisa superar práticas assistencialistas e promover uma cultura que valorize as diferenças como parte constitutiva do processo educativo. Para a autora, a inclusão exige um olhar sensível para as especificidades do desenvolvimento infantil, sobretudo quando se trata de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que demandam organização estruturada da rotina, apoio nas interações sociais e mediação pedagógica constante.

No que se refere aos desafios da inclusão escolar, Mendes (2017) destaca que o conceito de inclusão escolar permanece vago para a maioria das pessoas, mesmo porque pouco se teoriza sobre esse assunto. Tal afirmação evidencia a necessidade de aprofundamento teórico e de clareza conceitual para que a inclusão não se restrinja ao discurso, mas se concretize nas práticas pedagógicas efetivas.

Dessa forma, a monitoria da Educação Especial, no contexto da Educação Infantil, constitui importante estratégia de apoio, pois favorece a mediação nas atividades, a organização da rotina e o fortalecimento das interações sociais. A articulação entre professores e monitoria no processo de inclusão da criança autista, possibilita intervenções estrategicamente mais individualizadas, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia, da comunicação e da participação da criança com TEA nas atividades coletivas.

Assim, fundamentado nas contribuições de Amaral, Victor e Mendes, compreende-se que a inclusão efetiva na pré-escola depende de planejamento intencional, mediação qualificada e suporte pedagógico articulado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises realizadas, foi possível compreender que a monitoria na Educação Infantil assume papel fundamental na efetivação da inclusão, especialmente no que se refere ao atendimento das crianças, público da Educação Especial. A prática observada evidencia que a atuação da monitoria ultrapassa funções meramente assistenciais, configurando-se como mediação pedagógica indispensável para a participação, interação e aprendizagem das crianças autistas que precisam desse suporte pedagógico.

Apesar de sua relevância no cotidiano escolar, ainda se percebe a necessidade de maior reconhecimento institucional desse trabalho de monitoria, bem como de investimentos em formação continuada e integração efetiva com a equipe de professores. A inclusão, conforme demonstrado ao longo deste trabalho, não se concretiza apenas por meio de dispositivos legais, mas por meio de práticas colaborativas, intencionais e fundamentadas teoricamente.

Assim, reafirma-se que a presença da monitoria contribui significativamente para a construção de um ambiente escolar mais acessível, acolhedor e equitativo, fortalecendo os princípios da educação inclusiva desde a Primeira Infância. Espera-se que esta reflexão possa contribuir para ampliar o debate acerca da valorização desses sujeitos monitores da Educação Especial e para o aprimoramento das práticas pedagógicas inclusivas na Educação Infantil, sobretudo nas escolas públicas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Míriam Matos. Educação infantil inclusiva na perspectiva da educação especial: o que a história nos conta? Revista Educação, Artes e Inclusão, v. 20, 2024, e0064. DOI: <http://dx.doi.org/10.5965/198431782012024e0064>.

BRASIL. Decreto nº 12.773/2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, 2025.

LOPES, Sonia. Os sujeitos da educação especial. In: VICTOR, Sonia Lopes; VIEIRA, Alexandro Braga; OLIVEIRA, Ivone Martins de (org.). Educação especial inclusiva: conceituações, medicalização e políticas. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2017. E-book. ISBN 978-85-5635-049-7.